

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.557.617 - SP (2019/0225123-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : **OSMAR ARCIDIO MAGGIONI**  
**AGRAVANTE** : **ALEXANDRE VIEGAS**  
**AGRAVANTE** : **LUIS ARMANDO SILVA MAGGIONI**  
**ADVOGADOS** : **LUIS ARMANDO SILVA MAGGIONI - SP322674**  
                  **ALEXANDRE VIEGAS - SP385561**  
                  **OSMAR ARCIDIO MAGGIONI - SP387465**  
**AGRAVADO** : **NANTES COMERCIO DE PRODUTOS AGRICOLAS EIRELI**  
**AGRAVADO** : **EDNEI PAES NANTES**  
**AGRAVADO** : **MARCELO LINCOLN ALVES SILVA**  
**AGRAVADO** : **ALINE NOGUEIRA FUKUCIRO**  
**AGRAVADO** : **FRANCIELI TREVISAN**  
**ADVOGADO** : **ANTÔNIO AUGUSTO GARCIA LEAL - SP152186**

**EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. EMBARGOS DO DEVEDOR. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. EXPRESSÃO "VALOR DA EXECUÇÃO". INTERPRETAÇÃO. VALOR ATUALIZADO DO DÉBITO. AGRAVO CONHECIDO PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo interposto por OSMAR ARCIDIO MAGGIONI e OUTROS contra decisão que inadmitiu recurso especial (e-STJ, fls. 674-675) proposto para impugnar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (e-STJ, fl. 643):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. Cumprimento de sentença que condenou ao pagamento de honorários advocatícios em embargos à execução. Honorários advocatícios fixados por equidade, tendo como parâmetro o valor da execução, assim considerado o valor da causa atualizado pela Tabela Prática deste E. Tribunal. Regularidade. Exegese do art. 20, § 4º, do CPC/73, então vigente. Decisão mantida, neste ponto.

Honorários advocatícios. Juros de mora devidos a partir do trânsito em julgado. Precedentes do C. STJ. Decisão reformada, neste ponto. Recurso parcialmente provido.

Nas razões do recurso especial, os recorrentes, com fulcro na alínea *a* do

permissivo constitucional, alegaram violação ao art. 20, § 4, do CPC/1973.

Sustentaram a tese de que a expressão "valor da execução", existente no dispositivo da sentença que julgou improcedentes os embargos à execução opostos pela parte recorrida, deve ser interpretada como sendo a quantia atualizada do débito exequendo.

Apreciada a admissibilidade do apelo excepcional, o Tribunal de origem negou seguimento à insurgência (e-STJ, fls. 674-675).

Diante de tal fato, foi interposto agravo em recurso especial (e-STJ, fls. 678-688).

Brevemente relatado, decido.

De início, é importante ressaltar que o recurso foi interposto contra decisão publicada já na vigência do Novo Código de Processo Civil, sendo, desse modo, aplicável ao caso o Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Nas razões do presente recurso, os agravantes alegam terem cumprido com todos os requisitos exigidos para conhecimento e julgamento do recurso especial.

Constatados os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo à análise do recurso especial.

O Tribunal de origem, ao examinar o tema, expôs os seguintes fundamentos (e-STJ, fl. 644):

**Da base de cálculo dos honorários advocatícios.**

Os embargos à execução foram rejeitados, tendo sido fixados os honorários advocatícios de sucumbência "em 10% do valor da execução atualizado" (fl. 621).

No caso dos autos, a expressão "valor da execução" deve ser compreendida como o valor da causa da execução, pois aqui a sentença fez referência ao valor da execução (valor da causa) e não do débito (fl. 621).

Aliás, esta interpretação é a que melhor se harmoniza com o disposto no art. 20, § 4º, do CPC/73, então vigente, segundo o qual, quando os embargos à execução forem rejeitados, os

honorários advocatícios devem ser fixados por apreciação equitativa, atendidas as normas das alíneas a, b e c do § 3º do mesmo dispositivo.

Do excerto acima transcrito, constata-se que o Tribunal estadual entendeu que o cálculo dos honorários sucumbenciais devidos pela improcedência dos embargos do devedor deveria ser efetuado com base no valor da causa mencionada na petição apresentada pelos recorridos.\_

Ocorre que, nos termos da jurisprudência vigente nesta Corte Superior de Justiça, a expressão "valor da execução", contida na parte final da sentença que julga os embargos à execução, dever ser interpretada como sendo a quantia do débito exequendo.

Confirmam-se:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. HONORÁRIOS. FIXAÇÃO. ARTIGO 20, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. BASE DE CÁLCULO.

I ? Nas execuções por título judicial ou extrajudicial, embargadas ou não, incidem honorários de sucumbência, entendimento que decorre da própria literalidade da lei, consoante dispõe o artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil, com redação determinada pela Lei nº 8.952/94.

II - "o valor sobre o qual incidirão os honorários advocatícios é definido após o julgamento dos embargos do devedor, que substitui os honorários fixados provisoriamente in limine litis sobre o valor da execução" (REsp 619.766/RS, DJ 13/06/2005, Relª. Minª. Nancy Andrighi), correspondendo essa expressão ao valor atualizado do débito exequendo apurado após o julgamento dos embargos e não ao valor atribuído originalmente à execução.

III - Sob essa perspectiva, na espécie, pouco importa, para a solução da causa, se a sucumbência experimentada no processo de execução e no de embargos é única, ensejando uma só condenação em honorários, ou, se distintas as ações, comportar-se-ia uma condenação independente em cada um dos processos, já que, conforme registrado na sentença que julgou improcedentes os embargos do devedor, os honorários advocatícios foram fixados em "em 20% sobre o valor atualizado da execução, remunerando os serviços prestados em ambas as ações", ficando o percentual dentro dos parâmetros admitidos pela doutrina e jurisprudência.

Recurso não conhecido.

(REsp 589.772/RS, Rel. Ministro CASTRO FILHO, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/02/2006, DJ 24/04/2006)

PROCESSO CIVIL. HONORÁRIOS DE ADVOGADO. FIXAÇÃO NO JULGAMENTO DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO. VALOR DA EXECUÇÃO.

- A expressão "valor da execução" ? utilizada no dispositivo de

# *Superior Tribunal de Justiça*

sentença que julga embargos à execução ?, corresponde ao valor atualizado do débito exequendo apurado após o julgamento dos embargos e não ao valor atribuído originalmente à execução.

- Embargada a execução, o valor sobre qual incidirão os honorários advocatícios é definido após o julgamento dos embargos do devedor, que substitui os honorários fixados provisoriamente sobre o valor da execução.

Recurso especial conhecido e provido.

(REsp 619.766/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/05/2005, DJ 13/06/2005, p. 297)

Dessa forma, constata-se que o posicionamento adotado pelo Tribunal local diverge da jurisprudência contida nesta Corte Superior.

Ante o exposto, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial, a fim de determinar que a instância ordinária, ao fixar a verba honorária sucumbencial, tenha como base o valor atualizado do débito executado.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator